

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício a CCVM apresentou um lucro de R\$ 64.790 mil, correspondente a R\$ 8,58 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 69.270 mil. Em 31 de dezembro de 2014 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 70,07 com aumento de 13,96% em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 17 de março de 2015

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	918.646	814.140	Circulante	388.936	344.465
Disponibilidades	2.198	1.269	Outras obrigações (Notas 8, 9 e 10)	388.936	344.465
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	562.135	509.727	Fiscais e previdenciárias	37.846	45.352
Aplicações no mercado aberto	47.490	194.846	Negociação e intermediação de valores	336.159	285.119
Aplicações em depósitos interfinanceiros	514.645	314.881	Diversas	14.931	13.994
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	10.999	11.768	Exigível a longo prazo	15.518	13.068
Carteira própria	485	737	Outras obrigações (Notas 9 e 10)	15.518	13.068
Vinculados à prestação de garantias	10.514	11.031	Fiscais e previdenciárias	1.437	1.790
Outros créditos	343.187	291.358	Diversas	14.081	11.278
Rendas a receber	2.558	325	Patrimônio líquido (Nota 13)	529.087	464.293
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	333.947	285.123	Capital social	345.622	305.622
Diversos (Nota 9)	6.682	5.910	De domiciliados no País	345.622	305.622
Outros valores e bens	127	18	Reservas de capital	573	569
Despesas antecipadas	127	18	Reservas de lucros	182.892	158.102
Realizável a longo prazo	8.208	7.660			
Outros créditos	8.208	7.660			
Diversos (Nota 9)	8.208	7.660			
Permanente	6.687	26			
Imobilizado de uso	6.687	26			
Imobilizado de uso	5.624	-			
Outras imobilizações de uso	1.442	30			
(-) Depreciações acumuladas	(379)	(4)			
Total do ativo	933.541	821.826	Total do passivo e patrimônio líquido	933.541	821.826

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital	Aumento de Capital	Subvenções para investimento	Outras Reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2012	255.622	-	561	-	25.576	113.256	-	395.015
Aumento de Capital (Nota 13)	50.000	-	-	-	-	(50.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 14 (b))	-	-	-	9.766	-	-	-	9.766
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 14 (b))	-	-	-	(9.758)	-	-	-	(9.758)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	69.270	69.270
Destinação do lucro líquido:								
Reserva Legal	-	-	-	-	3.464	-	(3.464)	-
Reserva Estatutária (Nota 13)	-	-	-	-	-	65.806	(65.806)	-
Em 31 de dezembro de 2013	305.622	-	561	8	29.040	129.062	-	464.293
Aumento de Capital (Nota 13)	40.000	-	-	-	-	(40.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 14 (b))	-	-	-	14.664	-	-	-	14.664
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 14 (b))	-	-	-	(14.660)	-	-	-	(14.660)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	64.790	64.790
Destinação do lucro líquido:								
Reserva Legal	-	-	-	-	3.240	-	(3.240)	-
Reserva Estatutária (Nota 13)	-	-	-	-	-	61.550	(61.550)	-
Em 31 de dezembro de 2014	345.622	-	561	12	32.280	150.612	-	529.087
Em 30 de junho de 2014	305.622	40.000	561	8	30.558	89.062	28.838	494.649
Aumento de Capital (Nota 13)	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 14 (b))	-	-	-	6.290	-	-	-	6.290
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 14 (b))	-	-	-	(6.286)	-	-	-	(6.286)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	34.434	34.434
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	1.722	-	(1.722)	-
Reserva Estatutária (Nota 13)	-	-	-	-	-	61.550	(61.550)	-
Em 31 de dezembro de 2014	345.622	-	561	12	32.280	150.612	-	529.087

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2015. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, em até 10%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual e ocorre no mês de agosto de cada exercício. (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN.

(i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme Artigo 17 da Lei nº 11.727/08. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2014, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária relativamente ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS. Tal lei dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a tributação dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos na legislação societária em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. A adoção das novas regras foi facultativa para o ano de 2014 e a instituição decidiu não aderir, considerando a inexistência de impactos financeiros relevantes para a instituição. (h) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (i) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo, através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício, com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz, dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo,

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

	Segundo semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Receitas de intermediação financeira	28.580	52.247	28.580	52.247
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	28.580	52.247	28.580	52.247
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(59)
Resultado bruto de intermediação financeira	28.580	52.247	28.580	52.247
Outras receitas (despesas) operacionais	28.916	55.928	28.916	55.928
Receitas de prestação de serviços (Nota 11)	69.058	122.810	69.058	122.810
Despesas de pessoal	(20.108)	(39.801)	(20.108)	(39.801)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(4.954)	(7.348)	(4.954)	(7.348)
Despesas tributárias	(15.223)	(19.941)	(15.223)	(19.941)
Outras receitas operacionais	433	740	433	740
Outras despesas operacionais	(290)	(532)	(290)	(532)
Resultado operacional	57.496	108.175	57.496	108.175
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	57.496	108.175	57.496	108.175
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	(23.062)	(43.385)	(23.062)	(43.385)
Provisão para imposto de renda	(17.068)	(27.997)	(17.068)	(27.997)
Provisão para contribuição social	(10.249)	(16.814)	(10.249)	(16.814)
Ativo fiscal diferido	4.255	1.426	4.255	1.426
Lucro líquido do semestre/exercício	34.434	64.790	34.434	64.790
Número de ações (Nota 13)	7.551.365	7.551.365	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$	4,56	8,58	4,56	8,58

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Atividades operacionais	34.648	65.165	34.648	65.165
Lucro líquido ajustado	34.648	65.165	34.648	65.165
Lucro líquido do semestre/exercício	34.434	64.790	34.434	64.790
Ajuste ao lucro líquido:				
Depreciações	214	375	214	375
Variação de ativos e obrigações	(7.196)	(204.556)	(7.196)	(204.556)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(31.899)	(199.764)	(31.899)	(199.764)
Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	1.380	769	1.380	769
Redução / (Aumento) em outros créditos	20.773	(52.377)	20.773	(52.377)
(Aumento) em outros valores e bens	(53)	(109)	(53)	(109)
Aumento em outras obrigações	8.191	97.484	8.191	97.484
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.588)	(50.559)	(5.588)	(50.559)
Caixa líquido proveniente / (utilizado) nas atividades operacionais	27.452	(139.391)	27.452	(139.391)
Atividades de Investimentos	(67)	(7.036)	(67)	(7.036)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(67)	(7.036)	(67)	(7.036)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(67)	(7.036)	(67)	(7.036)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	27.385	(146.427)	27.385	(146.427)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	22.303	196.115	22.303	196.115
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	49.688	49.688	49.688	49.688
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	27.385	(146.427)	27.385	(146.427)

convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Banco.

4. Caixa e equivalente de caixa - Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 2.198 (2013 - R\$ 1.269), aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 562.135 (2013 - R\$ 509.727) (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 47.490 (2013 - R\$ 194.846) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 514.645 (2013 - R\$ 314.881), realizadas com empresas do grupo com vencimento até janeiro de 2015 (2013 - janeiro de 2014). **6. Títulos e valores mobiliários**

(a) **Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos não realizados	Valor de mercado 2014	Valor de mercado 2013
Títulos para negociação				
Carteira própria	-	-	-	737
• LFT	-	-	-	737
• Ações	485	-	485	-
Vinculados a prestação de garantias	10.514	-	10.514	11.031
• LFT	8.570	-	8.570	11.031
• LTN	1.944	-	1.944	-
Total da carteira de TVM	10.999	-	10.999	11.768

(b) **Composição por prazos de vencimentos**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Carteira própria	485	-	-	485
Vinculados a prestação de garantias	8.008	2.506	-	10.514
Total da carteira - 2014	8.493	2.506	-	10.999
Total da carteira - 2013	-	10.376	1.392	11.768

7. Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. O Grupo J.P. Morgan possui área de administração de riscos independente das áreas de negócios. O objetivo dessa área é o gerenciamento de risco através de políticas internas, determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do Grupo. O VaR - *Value at Risk* e os cálculos de *stress* são ferramentas adotadas pelo Grupo na administração dos riscos das posições. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

Continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Negociação e intermediação de valores

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	-	35.893	91.453	-
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	333.947	300.266	193.670	285.082
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	-	-	37
Total	333.947	336.159	285.123	285.119

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações. **9. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.647 (2013 - R\$ 3.904) (Nota 10 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 10.990 (2013 - R\$ 9.564) (Nota 12). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" refere-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar no valor de R\$ 36.504 (2013 - R\$ 42.270) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.437 (2013 - R\$ 1.790) (Nota 10 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 26.487 (2013 - R\$ 22.514), para despesas administrativas no valor de R\$ 969 (2013 - R\$ 1.123), provisão para processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 1.342 (2013 - R\$ 932) (Nota 10 (b)).

10. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais	3.349	3.624	1.437	1.790
Trabalhistas	13	13	1.057	665
Outras - taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89)	285	267	285	267
Total	3.647	3.904	2.779	2.722

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Total	Total
	Obrigações Legais	Trabalhistas		
Saldo inicial	1.790	665	2.722	2.522
Despesas financeiras - juros	93	52	18	163
Constituições	4	340	-	344
Anistia	(450)	-	-	(450)
Pagamentos	-	-	-	(36)
Saldo final	1.437	1.057	285	2.779

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Inconstitucionalidade da CSLL Lei nº 7.869/88 e (ii) PIS EC 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem a imposição de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 17.962 (2013 - R\$ 40.804), sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F. Os advogados externos responsáveis pela condução dos casos, classificam seu risco de perda como possível. Em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização, dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista.

(d) Ações trabalhistas: Referem-se a ações trabalhistas contra a instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de

cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 664 (2013 - R\$ 616). **11. Receitas de prestação de serviços:** Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas no mercado BM&FBovespa no valor de R\$ 96.760 (2013 - R\$ 79.259), rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 23.291 (2013 - R\$ 22.012) e rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 2.536 (2013 - R\$ 30.565). **12. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais e depósitos judiciais	72	103
Contingências trabalhistas	423	266
Provisão de honorários advocatícios	375	434
Provisão para participação nos lucros	5.057	4.564
Unidade de ações restritas - RSU (Nota 3(ii))	4.977	3.972
Outros	86	225
Total de créditos tributários - ativo	10.990	9.564

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 4.523 (2013 - R\$ 4.532) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 3.097 (2013 - R\$ 1.536). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 10.990 é estimada em 59% no 1º ano, 12% no 2º ano, 23% no 3º ano e 1% do 4º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 8.849 (2013 - R\$ 7.788). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	108.175	115.768
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(43.271)	(46.307)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(141)	(191)
Outros	27	-

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos

Total da despesa de IR e CSLL no exercício

(114) (191)
(43.385) (46.498)

13. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2013, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 50.000, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 05 de julho de 2013. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 40.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 40.000, sem a emissão de novas ações. Este aumento ainda está pendente de autorização do BACEN. A Reserva de Lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2014.

14. Benefícios: (a) Fundo de Pensão: A instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de pensão, constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a instituição

contribuiu com R\$ 777 para o fundo (2013 - R\$ 781). **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo, através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period* de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa, por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas, multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O montante que transitou no Patrimônio Líquido em função da existência de um acordo de repagamento à matriz, dos benefícios concedidos, foi de R\$ 14.660 (2013 - R\$ 9.758) (Nota 3 (i)). O valor do Passivo em 31 de dezembro de 2014, incluindo encargos sociais, é de R\$ 19.466 (2013 - R\$ 9.930). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 5.629 (2013 - R\$ 5.007), incluindo os encargos sociais. **15. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. J.P. Morgan CCVM S.A. é uma empresa controlada pelo Banco JP Morgan S.A.. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	2.198	-	1.269	-
Banco J.P. Morgan S.A.	2.198	-	1.269	-
Aplicações em operações compromissadas	47.490	4.671	194.846	9.315
Banco J.P. Morgan S.A.	47.490	4.671	194.846	9.315
Aplicações em depósitos interfinanceiros	514.645	47.307	314.881	22.656
Banco J.P. Morgan S.A.	514.645	47.307	314.881	22.656
Outros créditos - rendas a receber	2.558	27.272	171	52.616
Banco J.P. Morgan S.A.	407	-	168	-
JP Morgan Overseas Cap Corp.	-	3.374	-	37.349
JP Morgan Whitefriars Inc	-	223	3	61
Atacama Multimercado Fundo de Investimento Lawton Multimercado	2.151	23.637	-	15.036
J.P. Morgan Securities	-	38	-	-
Negociações e intermediações de valores	(148.849)	(960)	64.259	4.557
Atacama Multimercado Fundo de Investimento	-	-	-	(591)
Banco J.P. Morgan S.A.	(148.849)	(1.183)	21.997	559
JP Morgan Overseas Cap Corp.	-	-	-	1.058
JP Morgan Whitefriars Inc	-	223	-	54
J.P. Morgan Securities LLC	-	-	42.262	3.477
Outros valores a pagar	-	-	(96)	(96)
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	-	-	(96)	(96)
Despesas de pessoal	(8.080)	(5.316)	(6.454)	(3.360)
JPMorgan Chase & CO.	(8.080)	(5.316)	(6.454)	(3.360)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **16. Outras informações:** "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesa de serviços com o sistema financeiro R\$ 15 (2013 - R\$ 636), despesa de processamento de dados R\$ 652 (2013 - R\$ 768), despesas com viagens R\$ 1.158 (2013 - R\$ 841), despesa com serviços de terceiros R\$ 1.496 (2013 - R\$ 1.104), despesa de propaganda e publicidade no valor de R\$ 895 (2013 - R\$ 813), despesa com serviços técnicos especializados no valor de R\$ 228 (2013 - R\$ 716) e despesa de comunicação no valor de R\$ 666 (2013 - R\$ 21).

A Diretoria

Lucilia Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



São Paulo, 18 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0